

## Literacia Financeira, Poupança e Investimento: incentivos ao aforro de longo prazo e soluções de desaccumulação

Na Conferência **“Literacia financeira, pensões e poupança para o bem-estar e o crescimento”**, que marcou os **10 anos do Instituto BBVA de Pensões em Portugal**, participaram no painel **Literacia Financeira, Poupança e Investimento: incentivos ao aforro de longo prazo e soluções de desaccumulação**, os **Diretores de Supervisão Comportamental** dos três Supervisores Financeiros: **Banco de Portugal** (Ana Venâncio), **CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários** (Maria João Teixeira) e **ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões** (Eduardo Pereira).

Este painel foi moderado por Jorge Bravo, membro do **Fórum de Especialistas do Instituto BBVA de Pensões**.

A problemática deste debate residiu em três pontos principais:

- Como é que a literacia financeira pode contribuir para tomar melhores decisões de consumo, poupança e investimento, qual tem sido a atuação dos reguladores nesta matéria.
- A fase de desaccumulação do ciclo de vida e as diferentes necessidades na etapa da reforma.
- Novas soluções para o incentivo da poupança de médio e longo-prazo.

No balanço efetuado sobre a evolução da literacia financeira em Portugal, concluiu-se que a Literacia Financeira deverá ser assumida como uma política pública prioritária para fomentar a resiliência financeira dos indivíduos e também a estabilidade financeira.

- Foram realizados e divulgados desde 2010 vários inquéritos para a avaliação dos níveis de literacia financeira da população portuguesa, sendo o primeiro efetuado pelo Banco de Portugal e os seguintes em 2015, 2020 e 2023, conjuntamente pelos três supervisores e conduzidos pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. Estes inquéritos mais recentes foram absorver informação de outros inquéritos que já foram feitos pela OCDE.
- O impacto do conjunto de iniciativas desenvolvidas pelos Supervisores Financeiros na melhoria dos índices de literacia financeira tem sido positivo, em particular em relação ao aforro e às decisões de investimento de longo prazo.
- Relativamente aos níveis de Literacia Financeira, foi referido que de acordo com uma avaliação global, ao nível de atitudes e comportamentos, Portugal encontra-se num nível superior à média da OCDE, comparando com os inquéritos da Comissão Europeia do Eurobarómetro e com os inquéritos da OCDE.

- No que toca aos conhecimentos, Portugal apresenta um conjunto de lacunas e de problemas relativos à Literacia Financeira, mais concretamente ao nível de conhecimentos sobre cálculo dos juros simples e dos juros compostos, e à relação entre risco e rentabilidade.
- Os Supervisores Financeiros têm assumido a Literacia Financeira como uma prioridade a nível da supervisão comportamental, juntamente com a regulação e a fiscalização.

## Destaque das principais ações desenvolvidas pelos Supervisores Financeiros em Portugal

- Os supervisores consideram a literacia financeira como um tema crítico ao nível da supervisão comportamental, destacando-se a proteção e o apoio ao investidor, com o objetivo de aumentar os conhecimentos de literacia financeira, promover comportamentos e atitudes saudáveis.
- Foram referidas quais as iniciativas no âmbito da literacia financeira pelos diferentes Supervisores Financeiros, através do [Plano Nacional de Formação Financeira e do concurso “Todos Contam”](#).
- Estas iniciativas têm sido desenvolvidas através de diversas parcerias, no sentido de concertadamente atingirem diferentes públicos, nomeadamente com o Ministério da Educação, Associações Empresariais, Associações da Indústria, Associações do Consumidor e outros organismos de forma a desenvolver ações que procuraram massificar o ensino, a adoção destes comportamentos e atitudes em relação à literacia financeira.
- Desde 2018, tornou-se obrigatório incluir o módulo de literacia financeira na cadeira de Cidadania e Desenvolvimento, desenvolvendo-se materiais didáticos e pedagógicos como os “Cadernos de Literacia Financeira”, para que os professores os possam utilizar.
- Já foram desenvolvidos conjuntamente pelos Supervisores Financeiros 17 cursos de formação para professores, e lançadas 12 edições do Concurso “Todos Contam”, que promove e incentiva o desenvolvimento de projetos de educação financeira nas escolas, e distingue os melhores projetos de educação financeira das escolas portuguesas para o ano letivo.
- Desenvolvimento e realização de ações de formação dirigidas para diversos públicos. Em 2023 foram realizadas 918 ações dirigidas ao público mais jovem, que contaram com mais de 32.000 participantes. Para os adultos e públicos mais vulneráveis, têm sido igualmente desenvolvidas iniciativas, através da dinamização de ações de formação em parceria, nomeadamente com o IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional.
- Ações de sensibilização para gestores de empresas, de forma a incentivá-los a pensar em formas de financiamento diversificadas, não só baseadas em crédito bancário, mas também através do mercado de capitais; assim como à adoção de uma perspetiva de mais longo prazo.

- Foi celebrada uma parceria com o IAPMEI e têm sido realizadas diversas ações de formação a formadores deste organismo, para que possam formar os gestores das empresas. Desde 2017, já foram formados mais de 15.000 gestores de empresas, de PME's e de microempresas.
- A preocupação em relação ao desenvolvimento do mercado de capitais é partilhada com a Comissão Europeia e a capacitação dos investidores é uma forma essencial para desenvolver o mercado.
- Há também uma estratégia para o investidor de retalho, que está a ser desenvolvida em vários aspetos, relacionada com o valor dos produtos, de forma a estes serem comparáveis.
- Têm sido desenvolvidas ações regulamentares para melhorar a informação ao investidor, uma preocupação na análise da adequação do produto ao perfil do investidor e às suas necessidades.
- Há uma preocupação dos supervisores financeiros em transmitir ao investidor uma informação clara, decodificada, fácil de entender, através dos canais que sejam mais adequados e que tenham um maior impacto e permitam chegar a um maior número de investidores.
- No âmbito da literacia financeira, encontram-se disponíveis em portais, nos sites dos supervisores financeiros, uma série de conteúdos digitais, plataformas com vídeos, materiais didáticos, comparadores e simuladores, etc.:
  - [Portal do Cliente Bancário](#) no site do Banco de Portugal.
  - [Portal do Investidor](#) no site da CMVM.
  - [Portal do Consumidor](#) no site da ASF.
- Alguns dos temas conjunturais e/ou estruturais relevantes, que foram identificados e avaliados ao nível da literacia financeira pelos supervisores, com o objetivo de produção de informação:
  - Os Serviços Mínimos Bancários.
  - A prevenção do risco de incumprimento, com a questão da subida das taxas de juro e as preocupações para as famílias relativamente ao cumprimento dos seus compromissos financeiros, nomeadamente dos empréstimos de habitação, sendo fundamental alertar os investidores para os cuidados que têm de ter no planeamento do seu orçamento familiar.
  - A literacia financeira digital e os cuidados que são necessários ter na utilização segura e os desafios dos canais digitais, como temas de gamificação e de fontes de informação, nomeadamente com o aparecimento dos *influencers*, que prestam informação aos investidores, e o aconselhamento que é prestado através das redes sociais; assim como o aumento das fraudes a nível digital, identificação dos riscos e das vulnerabilidades para os segmentos mais seniores geralmente com menos literacia digital.
  - A preparação para a reforma e a poupança de longo prazo depois da reforma, para ajudar os consumidores a eliminarem o desconhecimento que ainda existe sobre as pensões, na medida em que há inquéritos que indicam que há pessoas que acham que a taxa de substituição vai ser perto de 100%, quando se reformarem.

- Alertar e evidenciar os problemas que existem com aspetos relacionados com poupança de longo prazo para a reforma no sentido de dar mais informação ao consumidor para tentar desenvolver mais o II Pilar e o III Pilar, que atualmente tem pouca expressão em Portugal.
- A Sustentabilidade, através do investimento com fatores ambientais, sociais ou de governo das sociedades (ESG).

## A fase de desaccumulação do ciclo de vida e as diferentes necessidades na etapa da reforma.

- A nível da supervisão comportamental do Banco de Portugal, o principal objetivo é fazer um trabalho prévio, ou seja, na fase de acumulação: trabalhando na inclusão financeira com o acesso a contas bancárias, e o acesso a produtos financeiros.
- Incentivar a poupança, por um lado para conseguir fazer face a choques adversos, mas também para suavizar o consumo ao longo do tempo e desta forma preparar a reforma.
- Canalizar essa poupança para os produtos financeiros adequados, ou seja, no último inquérito da OCDE concluiu-se que 84% das famílias têm o seu dinheiro em depósitos bancários e talvez esses depósitos não sejam a melhor forma de rentabilizar as suas poupanças. Devido à inflação, existe alguma perda do valor real das poupanças. O papel do Banco de Portugal tem sido importante na identificação dos produtos financeiros existentes e dos riscos que os mesmos possam ter.
- Também têm sido desenvolvidas iniciativas articuladas com a IOPA e com a Comissão Europeia que poderão contribuir de uma forma ainda mais decisiva para eliminar a miopia que existe sobre os fundos ou as pensões, reunindo informação sobre o primeiro e o segundo Pilar, sobre as soluções que existem.

## Novas soluções para o incentivo da poupança de médio e longo-prazo.

- Para preparar a desaccumulação, primeiro, é preciso preparar a acumulação e, em Portugal, os níveis de poupança são bastante inferiores aos da Comunidade Europeia, portanto é necessário haver incentivos para a poupança de médio e longo-prazo.
- Há algumas soluções que podem fazer todo o sentido na fase de desaccumulação como o Reverse Mortgage ou a venda da habitação para financiar a reforma.

- Outra ideia, já existente noutros países, é a criação de uma conta, onde se possa transacionar os vários instrumentos financeiros sem tributação, com exceção do momento de saída. Incluir um prazo mínimo e um montante máximo, por exemplo.
- Outro tema são os benefícios fiscais dos PPRs.
- Muito importante também é a diversificação dos investimentos que acompanham o ciclo de vida das pessoas.
- Sensibilizar as pessoas para promover a poupança em detrimento do consumo.
- Uma solução de Auto Enrolment por parte das entidades patronais, como no Reino Unido, poderia ser um incentivo à poupança de longo prazo, havendo evidências de que as pessoas acabam por permanecer nestes planos.